

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 12

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Projeto prevê dois reajustes aos servidores em 9 anos 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Pressão para votar a reforma tributária 5

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados obtêm compensação dupla por perda de ICMS (Editorial) 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aumento do FDR levará IVA a ter menos exceções, diz Braga 7

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária muda dinâmica da malha logística, indica estudo 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode afetar IPTU e gerar maior judicialização 10

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo se movimenta para aprovar reforma tributária até novembro 12

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O Lirão distribui os chocolates 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Relator quer equiparar tributação entre fundos exclusivos e offshore 15

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Não pode haver mais demora para prorrogar desoneração da folha (Editorial) 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação na meta após três anos - MÍRIAM LEITÃO 18

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aumento da renda sustenta a expansão da economia (Editorial) 20

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Recuperação tributária e a busca da conformidade - OPINIÃO JURÍDICA 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

STF adia julgamento de correção do FGTS 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Como sair do impasse fiscal - RAUL VELLOSO 26

Terça-Feira, 17 de Outubro de 2023

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Projeção no teto da meta 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Para trabalhador, rendimento seria maior pela poupança 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Analistas veem inflação dentro da meta pela 1ª vez desde 2020 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Trabalho feminino e mais estudo impulsionam renda 31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Não há alvo pré-definido para a taxa Selic final", afirma diretor do BC 34

Projeto prevê dois reajustes aos servidores em 9 anos

ALESSANDRA MELLO

Caso seja aprovado o Projeto de Lei de adesão do governo de Minas ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), os **servidores públicos** estaduais terão direito a duas revisões salariais durante a vigência das condições exigidas para a renegociação da dívida do estado com a União. A informação foi divulgada ontem pelo governador Romeu Zema (Novo), por meio de sua assessoria, mas o **comunicado** oficial não cita o período de vigência. No entanto, a Lei Complementar N° 159/2017 que institui o RRF dos estados estabelece o prazo de até nove anos.

O Projeto de Lei enviado pelo governador em 2019 e desarquivado semana passada pelo Legislativo fala em um período de até seis anos. Esse prazo era o mesmo estabelecido inicialmente pela legislação que instituiu o regime de recuperação, mas ele foi estendido pelo Congresso Nacional em 2021.

O congelamento dos salários do funcionalismo durante a vigência do RRF e a privatização de empresas estatais são os principais entraves para a aprovação da proposta pela ALMG, que arquivou o PL do governador no final da legislatura passada, sem ser votado em plenário, devido à falta de consenso entre os parlamentares, incluindo os da base de Zema na Assembleia.

"Vale destacar, também, que as duas revisões de remuneração não limitam o Estado na concessão de outros aumentos. Isto significa que, uma vez alcançadas as condições econômico-financeiras e a disponibilidade de recursos no caixa do Tesouro Estadual, outras recomposições poderão ocorrer. Para tanto, bastará que a nova previsão esteja contemplada nas atualizações periódicas do RRF", diz o governo em **comunicado** à imprensa.

De acordo com o governador, a adesão ao RRF vai tornar a dívida do Estado "administrável". Zema afirmou ainda que o estado conseguiu regularizar o pagamento do salário do funcionalismo e concedeu, ano passado, uma correção geral de 10,6% para todos os servidores. "Queremos seguir nesse caminho de estabilidade e, para isso, é essencial a adesão ao RRF, uma vez que irá tornar a dívida do estado administrável e permitir que Minas tenha cada vez mais recursos para investir na melhoria dos serviços

prestados aos mineiros", afirmou Zema.

Atualmente, de acordo com a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), a dívida pública estadual é de R\$ R\$ 165,61 bilhões. Desse total, R\$ 156,26 bilhões (94%) referem-se a valores devidos à União ou dívidas com instituições financeiras que têm o governo federal como garantidor, valor que vai ser renegociado com a adesão de Minas ao RRF.

Prazo

Os deputados têm até o dia 20 de dezembro para aprovar a adesão do estado ao regime. De acordo com o secretário de estado de Governo, Gustavo Valadares, que esteve ontem na Assembleia, esse é o prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal para que o estado aprove no Legislativo à proposta.

Valadares disse que o estado precisa da autorização dos deputados para poder quitar esse débito em melhores condições. "Nunca escondemos que esse é o único caminho que temos para a solução de um problema que não é deste governo, mas histórico do estado", disse o secretário, se referindo à necessidade de aprovação pela ALMG do RRF. Hoje à noite o governador vai reunir sua base para um jantar no Palácio da Liberdade. O encontro faz parte do esforço para aparar arestas com sua base e tentar aprovar o regime de recuperação fiscal.

O líder da oposição, deputado estadual Ulysses Gomes (PT), disse que o PL encontrará resistência dentro do parlamento. "No que depender da oposição, o debate será feito e qualquer proposta que possa punir os servidores, entregar o patrimônio do povo e precarizar, ainda mais, os serviços públicos, enfrentará resistência", afirmou. Segundo ele, o governador quer discutir em dois meses um plano de recuperação fiscal danoso que vai "impactar a vida da população mineira por, no mínimo, uma década".

Para o líder da oposição, "Zema cometeu estelionato eleitoral". "Ele fez campanha dizendo que colocou Minas nos trilhos e agora admite que faliu o estado, mas não sem antes aumentar seu salário em 300%, dar isenção bilionária para amigo bilionário, aumentar **impostos** para a população. Essa foi a prioridade dele nos 10 primeiros meses deste ano", afirmou o deputado.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/17/10/2023/p1>

Pressão para votar a reforma tributária

ÂNDREA MALCHER

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu, ontem, no Palácio da Alvorada, um grupo de ministros e líderes do governo no Congresso para traçarem as estratégias de aprovação da **reforma tributária**. Segundo o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, as medidas de recuperação econômica são o assunto mais importante deste quarto trimestre do ano.

"O presidente reforçou a prioridade absoluta do governo das medidas que mantêm esse ciclo novo de recuperação econômica, de redução da taxa de juros, da atração de investimentos internacionais e de consolidação do ambiente macroeconômico do país", comentou Padilha, após o encontro.

O ministro afirmou que se reunirá, ainda esta semana, com o relator da **reforma tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), para debater a prévia do parecer. O parlamentar amazonense anunciou que pretende apresentar o relatório dia 24, com a votação prevista para até 9 de novembro ? o que coincide com a expectativa do governo.

"É prioridade. O governo vai trabalhar para concluir a reforma (nos **impostos**) ainda neste ano. É essencial acabar com a balbúrdia tributária que temos no país. Ela traz obstáculos para os investimentos, dificulta a vida dos empresários e é injusta do ponto de vista da distribuição tributária", afirmou.

Outras prioridades listadas são a regulamentação das apostas esportivas e debêntures de infraestrutura, em análise no Senado; a taxação de offshores e fundos exclusivos e a regulamentação do mercado de carbono ? que tramitam na Câmara.

"Isso é justiça tributária, arrecadar para educação, saúde, habitação, **seguridade social**, a partir dos fundos dos super-ricos. O governo reiterou a prioridade no Congresso no plano feito pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) de consolidação do ambiente macroeconômico, de reorganização do nosso orçamento, e de garantia de perseguir as metas fiscais estabelecidas pelo governo", salientou Padilha.

Além do ministro das Relações Institucionais, participaram do encontro os líderes Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), do Congresso; José Guimarães (PT-CE), da Câmara; e Jaques Wagner (PT-BA), do Senado. Também estiveram presentes

os ministros Rui Costa (Casa Civil), José Múcio (Defesa), Fernando Haddad (Fazenda), Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência), o vice Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) e Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação Social).

STF nega abater pena de ex-deputado

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou, ontem, o pedido da defesa do ex-deputado Daniel Silveira para abater da pena o período em que ele ficou em prisão domiciliar. "Não é razoável e proporcional", afirmou. A Procuradoria-Geral da República (PGR) foi contra a redução da pena. O ex-parlamentar, que está preso no complexo penitenciário de Bangu 8, foi condenado pelo STF a oito anos e nove meses de prisão por defender pautas antidemocráticas, como a destituição de ministros do tribunal e a ditadura militar. Moraes afirmou que Silveira "desrespeitou reiteradamente" as medidas cautelares.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Pressão para votar a **reforma tributária**

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/10/17/all.pdf>

Estados obtêm compensação dupla por perda de ICMS (Editorial)

Está em curso uma manobra de governos estaduais para inflar receitas com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e se beneficiar na **reforma tributária** que tramita no Congresso. Executivo e Legislativo precisam estar atentos para impedir a perpetuação dessas distorções na arrecadação estadual e municipal em detrimento do contribuinte.

A operação, revelada em reportagem do GLOBO, é simples. De acordo com dados do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz), 16 estados (Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Ceará, Bahia, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins) e o Distrito Federal já elevaram, no ano passado ou neste ano, suas alíquotas de ICMS entre 1 e 3,5 pontos percentuais.

O pretexto alegado é recompor receitas perdidas quando o então presidente Jair Bolsonaro, em campanha à reeleição, cortou o ICMS sobre combustíveis, serviços de telecomunicações e eletricidade, importantes fontes de receitas tributárias dos governadores.

A justificativa é uma balela. No início do mês, o Senado aprovou projeto de lei complementar, remetido à sanção presidencial, para transferir R\$ 27 bilhões da União aos estados e ao Distrito Federal, a título de compensação pelas perdas com o ICMS em 2022. O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o dos Municípios (FPM) também foram contemplados.

O objetivo real dos governadores com o aumento da arrecadação é outro.

A elevação tem um efeito secundário: infla a receita média estadual nos próximos anos. Com isso, os estados poderão ser beneficiados na **reforma tributária**. Pelo texto em tramitação no Congresso, tanto o ICMS estadual quanto o Imposto Sobre Serviços (ISS) municipal serão substituídos pelo novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). No cálculo da fatia do novo imposto que caberá a cada estado ou município, será levada em consideração a arrecadação média entre 2024 e 2028.

Quanto maior ela for, portanto, maior o quinhão a que o ente federativo terá direito se a reforma for

aprovada.

Os 12 entes com ICMS já majorado -em cinco o aumento entrará em vigor no ano que vem - ganham duas vezes. Primeiro, na indenização aprovada no Congresso para compensar as perdas de 2022. Segundo, na elevação da alíquota-padrão do imposto. Com isso, o contribuinte também paga duplamente - via aumento de imposto e por meio da transferência bilionária do Tesouro. Pior: usa-se como argumento o corte do ICMS sobre alguns produtos e serviços em 2022 para aumentar a alíquota básica, que atinge todos.

Os estados têm divulgado cifras exageradas de perdas com a arrecadação do ICMS, seu principal imposto. Tudo é lançado na conta do corte do ICMS sobre os combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. Será necessário jogar luz sobre todos os dados. Desde já, é possível acompanhar a compensação das perdas alegadas por governos estaduais, para que a calibragem do IBS seja a mais realista possível, sem penalizar estados ou contribuintes, mas também sem beneficiar ninguém.

Qualquer aumento abusivo de imposto precisará ser considerado na **reforma tributária** na hora definir as receitas a que cada ente federativo terá direito.

Do contrário, a carga de **impostos** necessária para arcar com as vantagens indevidas terá de ser ainda maior, causando prejuízo para toda a economia.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ
Estados obtêm compensação dupla por perda de ICMS

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Aumento do FDR levará IVA a ter menos exceções, diz Braga

Jéssica Sant"Ana e Caetano Tonet

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDBAM), voltou nessa segunda-feira (16) a sinalizar que é favorável à ampliação do valor previsto para o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Ele disse que o aumento permitirá que haja menos exceções ao novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Atualmente, estão previstos R\$ 40 bilhões para o FDR. "O tamanho do Fundo do Desenvolvimento Regional tem uma relação direta com a política de desenvolvimento econômico dos Estados e das regiões", disse Braga após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na sede da pasta. "É uma das respostas para a reivindicação de setores para ter regimes ou alíquotas diferenciadas, porque os governos estaduais terão mecanismos para poder incentivar setores da economia nos próprios Estados." Questionado se Haddad concordou com a ampliação do fundo, Braga não respondeu. Disse apenas que o Comsefaz - que reúne os secretários estaduais de Fazenda - pediu R\$ 75 bilhões para o fundo e os governadores do Sul, R\$ 80 bilhões. "Eu acho que esse pode ser um ponto a evoluir", disse Braga.

A ampliação do FDR já foi uma demanda na Câmara, mas a equipe econômica foi contrária. Agora, o texto está em tramitação no Senado. O governo quer aprovar a **reforma tributária** dos **impostos** que incidem sobre o consumo ainda neste ano.

O senador informou que nas "próximas horas" deve ter uma primeira versão do relatório da **reforma tributária**. Ele não detalhou se divulgará esse texto à imprensa nem quais mudanças pretende fazer.

O Valor apurou que Braga pretende fazer uma alteração, que considera a sua marca no texto: estabelecer uma trava para a alíquota do novo IVA, que será dual (um para União e outro para Estados e municípios).

O texto vindo da Câmara não estabelece um teto, apenas que o futuro IVA manterá a atual carga tributária. A equipe econômica tem trabalhado com a projeção de uma alíquota (somada União mais entes federados) em torno de 25%, mas há temor entre os setores de que possa ser maior.

Apesar de prometer uma prévia do relatório para breve, Braga reforçou que será uma primeira versão - haverá outras, até o protocolo oficial na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

"Terá a versão 1.0, 2.0, até chegar no texto final", comentou.

Segundo Braga, existem várias questões sobre a reforma que ainda não estão fechadas, como o valor do próprio fundo, a organização do comitê gestor do novo IVA e os regimes diferenciados, que pagarão alíquota menor.

O relatório da **reforma tributária** está previsto para ser protocolado na CCJ até o dia 24. A votação está prevista entre os dias 7 e 9 de novembro, tanto na comissão quanto no plenário do Senado. Caso haja alterações, o que deve acontecer, o texto terá de retornar para nova votação na Câmara dos Deputados.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que o governo está confiante na votação até o fim do ano. "Vamos continuar priorizando a pauta econômica do governo, que está permitindo que o Brasil consolide a recuperação econômica e atração de investimentos para o país."

"Terá a versão 1.0, 2.0, até chegar no texto final" Eduardo Braga

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187689?page=1§ion=1>

Reforma tributária muda dinâmica da malha logística, indica estudo

Taís Hirata

A **reforma tributária** em discussão no Congresso deverá provocar mudanças na localização da malha logística do país, segundo levantamento da consultoria Ilos, que ouviu 86 grandes grupos de diferentes segmentos.

A expectativa da maior parte das empresas ouvidas é que as novas regras gerem o reposicionamento dos centros de distribuição.

O principal aspecto da **reforma tributária** para o setor logístico - caso não haja mudanças significativas no texto final da lei - será o fim da cobrança do ICMS na origem da mercadoria. A proposta da nova regra, que busca acabar com a guerra fiscal entre Estados, é que a tributação seja cobrada no destino das cargas e serviços, beneficiando os locais com maior consumo, em detrimento daqueles que hoje oferecem redução fiscal para atrair empresas e investimentos.

Minas Gerais hoje é apontada como líder na "guerra fiscal da logística". Segundo o levantamento, o Estado concentra 27 centros de distribuição com benefícios fiscais, enquanto o segundo colocado, Santa Catarina, conta com 11 centros de distribuição nessa situação. Procurado, o governo mineiro não se manifestou a respeito do tema.

Para Leo Laranjeira, sócio-executivo da Ilos, a **reforma tributária** não deverá provocar uma transformação rápida na malha logística do país. Ele destaca que a estrutura atual das empresas é rígida, principalmente devido aos elevados investimentos necessários para sua implementação.

Portanto, a expectativa é que as novas regras, se aprovadas, deverão pesar principalmente na decisão de novos centros.

"Alterar o que já existe é mais difícil. Além do custo de investimento, há muitos contratos vigentes, e rompê-los acarretaria em multas. Há também uma dificuldade para achar imóveis adequados às necessidades das empresas.

Fora isso, existe a necessidade de mobilização de mão de obra. Nem todos os funcionários vão querer se mudar, há um custo grande nessa mudança, além do

impacto econômico na região.

Então o que se espera é uma mudança gradual para algo mais próximo do desejado com a nova configuração tributária", diz ele.

Hoje, a questão tributária é um fator determinante na escolha da malha logística - trata-se de um aspecto com relevância alta ou muito alta para 78% das empresas ouvidas pela Ilos.

Mesmo sem a versão final do texto, 56% das companhias consultadas já começaram a analisar os impactos da reforma; 41% delas ainda não iniciaram estudos, mas pretendem fazê-lo.

Além do reposicionamento dos centros logísticos, a pesquisa também identificou uma expectativa de efeito sobre os custos logísticos com a reforma. Para 41% das empresas, haverá queda, mas uma parcela expressiva, de 30%, também prevê aumento. Na avaliação de Laranjeira, a reforma tende a reduzir os custos logísticos.

"É contraintuitivo [acreditar que haverá alta], mas alguns fatores podem estar levando a essa percepção, como a previsão de aumento da carga tributária no geral, um impacto em preços de combustíveis. Mas não vejo motivos relevantes", afirma.

Para ele, outro possível impacto da reforma, a depender de como ficará a versão final, é o maior incentivo à contratação de operadores logísticos terceirizados.

"Se o imposto for não cumulativo, algo que o texto prevê, mas que não está 100% claro, pode haver o efeito de baratear a terceirização das empresas. Nesse caso, não terá diferença de tributação entre ter armazém próprio ou contratar de um terceiro. Isso pode elevar a demanda para operadores logísticos", avalia.

78% veem tributo como decisivo na logística

"Alterar o que já existe é mais difícil, a estrutura das empresas é rígida.

O que se espera é uma mudança gradual " Leo Laranjeira

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Reforma tributária muda dinâmica da malha logística, indica estudo

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231016/>

Reforma tributária pode afetar IPTU e gerar maior judicialização

Bárbara Pombo

O projeto de **reforma tributária**, sob análise no Senado, dá poder extra para os prefeitos alterarem o valor do IPTU por meio de decreto, sem precisar passar pela Câmara Municipal. A medida, se mantida na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, pode elevar o valor do imposto sobre propriedade de imóveis e terrenos, segundo especialistas, além gerar maior judicialização.

Atualmente, o IPTU é o maior alvo de questionamentos de contribuintes na Justiça, segundo o Diagnóstico do Contencioso Judicial Tributário Brasileiro, feito pelo Insper a pedido do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Responde por 25% das ações judiciais - mais do que os 16% do complexo ICMS (leia mais abaixo).

Pela proposta da PEC 45, o sistema tributário será simplificado.

Mas a Constituição Federal passaria a permitir a atualização da base de cálculo do IPTU pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.

A redação não especifica quais seriam esses critérios.

A redação foi incluída na reta final de tramitação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados.

E segundo a justificativa do relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), atende pleito da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

De acordo com Ribeiro, a autorização para o Executivo atualizar a base de cálculo do IPTU por decreto facilita "que as administrações municipais alcancem o potencial arrecadatório de imóveis com alta valorização".

O IPTU, na cidade de São Paulo, por exemplo, representou 18% da receita orçamentária no primeiro semestre deste ano. Foram arrecadados R\$ 8,2 bilhões. No mesmo período, o município do Rio de Janeiro arrecadou R\$ 3,1 bilhões com o imposto.

Atualmente, os prefeitos podem, por decreto, atualizar os valores anualmente apenas para corrigi-los pela

inflação. Mas se o aumento do valor venal, que é a base de cálculo do IPTU, for maior, deve passar pelo crivo do Legislativo. Essa é a posição do Supremo Tribunal Federal (Tema 211) e do Superior Tribunal de Justiça (Súmula 160).

O cálculo do valor venal para fins de IPTU parte da chamada planta genérica de valores (PGV), que deve ser aprovada, por meio de lei, pela Câmara de Vereadores.

Nela são definidos os valores unitários de metros quadrados de construções e terrenos.

Alguns critérios para essa definição são: a região onde está o imóvel, se é residencial ou comercial, se tem elevador, além da infraestrutura urbana do entorno.

"A fixação dos valores unitários passa por um processo legislativo", explica a advogada Thais Veiga Shingai, do Mannrich e Vasconcelos Advogados. "Se a PGV não é atualizada, a base de cálculo do IPTU fica defasada." Defensores da medida incluída na PEC 45 dizem que, por trás da iniciativa, está a resistência de Câmaras de Vereadores atualizarem as plantas genéricas de valores.

Dizem que existe uma verdadeira "batalha das PGVs".

Levantamento da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) aponta que 12,27 anos é o tempo médio para revisão das PGVs nas capitais brasileiras. O maior é registrado em Vitória: 25 anos.

As legislações mais recentes, de 2021, são de São Paulo e Goiânia, que teve a maior valorização de metro quadrado de imóveis novos nos últimos 12 meses. Foi de 13%, segundo pesquisa da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc).

Ainda segundo a Abrasf, a diferença entre o valor de mercado dos imóveis e o valor previsto da PGV supera os 60% na capital paulista (69,90%) e em Aracaju (68,50%).

Para a Abrasf, o valor dos imóveis no mercado imobiliário deveria ser a base de cálculo do imposto.

No Senado, três emendas foram apresentadas para

tentar mudar essa parte da **reforma tributária**.

Em duas delas, os senadores Angelo Coronel (PSD-BA) e Sergio Moro (União-PR) sugerem a supressão do dispositivo da PEC 45. "A medida, além de reduzir o poder do Legislativo local, desafia o princípio da legalidade tributária", justifica Moro.

Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados, critica a abertura dada pela reforma para mudanças no valor do IPTU via decreto. Na avaliação dele, a medida viola a separação dos poderes, além do princípio da legalidade tributária, segundo a qual aumentos de **tributos** devem estar previstos em lei.

"Se a base de cálculo do imposto está defasada, a solução é atualizar as plantas genéricas, e não dar um bypass [drible] no Legislativo", diz.

Para Vasconcelos, o poder dado ao Executivo pode gerar abusos.

"A depender da relação política com o prefeito, o Legislativo municipal pode fixar critérios permissivos, genéricos e fáceis de serem interpretados para aumentar a arrecadação", afirma.

Douglas Mota, sócio do Demarest Advogados, avalia que a redação da PEC 45 garantiria agilidade para o Executivo atualizar os valores de imóveis, considerando variações de preço bairro a bairro. "Abre a porta para aumentar o tributo", diz.

Mudanças bruscas no cálculo do imposto poderiam vir na virada de cada ano, segundo especialistas.

Um decreto municipal poderia ser editado no fim de dezembro e já passar a valer em 1º de janeiro.

A Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) afirma, em nota ao Valor que "defende que a **reforma tributária** permita que o IPTU seja atualizado por decreto, como um ato do Executivo municipal, a partir da análise dos técnicos dos municípios".

Acrescenta que o IPTU contribui para a justiça tributária, porque incide mais sobre imóveis mais valorizados, e melhora a prestação de serviços públicos.

Ricardo Almeida, assessor jurídico da Abrasf, classifica a proposta da reforma como "biscoito de vento". Quer dizer com isso que a redação prevista na reforma não muda o cenário atual.

Para Eduardo Natal, sócio da banca Natal Manssur, o texto da reforma indica que o decreto do Executivo deve se submeter à lei aprovada pelo Legislativo

municipal, ou seja, deve haver limitação. "Mas se o município conseguir aprovar uma lei que flexibilize os critérios ou outorgue ao decreto a definição de critérios, haveria facilidade para as prefeituras aumentarem o IPTU", diz.

"Esse é um risco." Natal pondera que a delegação da lei ao decreto para a fixação dos critérios da base de cálculo do IPTU não pode ser ampla. "Se isso acontecer pode virar uma celeuma e vai gerar questionamentos", frisa.

A Confederação Nacional dos Municípios foi procurada pelo Valor, mas não deu retorno até o fechamento da edição.

"Medida abre a porta para aumentar o tributo" Douglas Mota

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Reforma tributária pode afetar IPTU e gerar maior judicialização

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187689?page=1§ion=1>

Governo se movimenta para aprovar reforma tributária até novembro

Ândrea Malcher

+

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu, ontem, no Palácio da Alvorada, um grupo de ministros e líderes do governo no Congresso para traçarem as estratégias de aprovação da **reforma tributária**. Segundo o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, as medidas de recuperação econômica são o assunto mais importante deste quarto trimestre do ano.

O presidente reforçou a prioridade absoluta do governo das medidas que mantêm esse ciclo novo de recuperação econômica, de redução da taxa de juros, da atração de investimentos internacionais e de consolidação do ambiente macroeconômico do país, comentou Padilha, após o encontro.

O ministro afirmou que se reunirá, ainda esta semana, com o relator da **reforma tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), para debater a prévia do parecer. O parlamentar amazonense anunciou que pretende apresentar o relatório dia 24, com a votação prevista para até 9 de novembro - o que coincide com a expectativa do governo.

É prioridade. O governo vai trabalhar para concluir a reforma (nos **impostos**) ainda neste ano. É essencial acabar com a balbúrdia tributária que temos no país. Ela traz obstáculos para os investimentos, dificulta a vida dos empresários e é injusta do ponto de vista da distribuição tributária, afirmou.

Outras prioridades listadas são a regulamentação das apostas esportivas e debêntures de infraestrutura, em análise no Senado; a taxação de offshores e fundos exclusivos e a regulamentação do mercado de carbono - que tramitam na Câmara.

Isso é justiça tributária, arrecadar para educação, saúde, habitação, **segurança social**, a partir dos fundos dos super-ricos. O governo reiterou a prioridade no Congresso no plano feito pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) de consolidação do ambiente macroeconômico, de reorganização do nosso orçamento, e de garantia de perseguir as metas fiscais estabelecidas pelo governo, salientou Padilha.

Além do ministro das Relações Institucionais, participaram do encontro os líderes Randolfe

Rodrigues (sem partido-AP), do Congresso; José Guimarães (PT-CE), da Câmara; e Jaques Wagner (PT-BA), do Senado. Também estiveram presentes os ministros Rui Costa (Casa Civil), José Múcio (Defesa), Fernando Haddad (Fazenda), Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência), o vice Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) e Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação Social).

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/10/5134778-pressao-para-votar-a-reforma-tributaria.html>

O Lirão distribui os chocolates

O Brasil está parado - não sem que os desafios incorporem - enquanto a República viaja. A República viaja em dólares e euros. Voltará com chocolates suíços. O feriadão se impõe; se impôs. Pediu Bis. Imposto à agenda brasileira, pelos senhores de Brasília, mais um recesso - nem sequer votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias. (Longamente expostas à criatividade dos dispêndios ilimitados, as balizas para o Orçamento já decerto acomodaram - é impositivo - novas modalidades para o exercício do orçamento secreto.)

Quase todo mundo (poderoso) pelo mundo, enquanto - conflagrado o mundo - a situação econômica brasileira, sob incertezas, complica-se. Governo que não corta gastos - e cujas despesas aumentarão autorizadas pela regra fiscal - precisaria multiplicar as receitas. Depende do Parlamento, ao mesmo tempo mole e faminto. Ao mesmo tempo indolente (para votar) e apressado (para comerciar as votações). Sempre faminto. A conta não fecha.

Rodrigo Pacheco - não confundir altura com altitude - foi à Europa. Levou consigo o Senado. Noutras palavras: Ciro Nogueira e - primeiro-ministro do Congresso - Davi Alcolumbre. (Luís Roberto Barroso foi na cota do Supremo mesmo.) O país sendo discutido em Paris (Sarkozy, ex-presidente francês, ouviu o discurso prafrentex de Barroso, presidente de Corte constitucional, e constatou que o ministro está pronto para assumir outra presidência), enquanto a **reforma tributária** vai exposta aos bafos lobistas das exceções. (O estadista Pacheco acabará vitalício - apadrinhado por Alcolumbre - num tribunal de contas, enquanto aquele para quem esquentou cadeira reassumirá o trono de jure e de fato.)

Enquanto Lula convalesce no Alvorada e o debate interno se organiza - o crepúsculo - entre partidários de chocolates ruins, Arthur Lira toca trem da alegria pela Ásia. (Em visita à Assembleia Nacional Popular da República Popular da China, talvez ministre curso sobre gestão autoritária de parlamento.)

O trem da alegria como modo de continuar - de sustentar - a paralisia da pauta parlamentar conforme induzida, há semanas, sob desculpas variadas, pelo presidente da Câmara. Já até se vendeu o estapafúrdio (viagem!) de que a interdição dos trabalhos seria obra da oposição, insatisfeita com avanços do STF sobre o Legislativo; como se o próprio Lira não tivesse progressivamente desmontado o kit(kat) de obstrução parlamentar (matéria, aliás,

obrigatória no curso para os colegas chineses).

Aquele caso sui generis da tal base de apoio ao governo que, tendo levado um punhado de ministérios, trava a agenda do governo porque - não sendo base do governo - quer mais. Quer a Caixa. As caixas.

Aprecio a maneira como o fufuca de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, do espectro lirista, explicou - em entrevista ao GLOBO - a adesão de seu partido, o Republicanos, ao Planalto:

- Há um sentimento colaborativo na bancada, sobretudo em relação à agenda econômica. Naturalmente, discutiremos projeto por projeto.

Obra de arte é a ideia de "sentimento colaborativo". Da parte de quem ganha espaços bem concretos. E quer mais; e levará, em troca desse sentido bem-intencionado (e envernizado) de colaborar:

- Estamos dialogando com a Casa Civil para criar a Secretaria Nacional de Hidrovias, que ficará aqui no ministério. Vai cuidar de dragagem, de novas embarcações. Vai fortalecer novas rotas de escoamento de produção.

O "sentimento colaborativo": levar superfícies da administração pública, com "novas rotas de escoamento", para viajar no tráfego do poder, inclusive com "novas embarcações", e se comprometer apenas com a discussão - negociação - projeto por projeto, ocasião em que se pedirão mais e mais "dragagens".

Enquanto escrevo, no fim da tarde de segunda-feira, aventa-se a chance de que algo se mova nos próximos dias -talvez já nesta terça. A Câmara teria se acertado para encaminhar a votação - Lira ainda fora - dos projetos de taxaçaõ dos fundos exclusivos e offshore.

Plantou-se até que a Casa, para expressar impessoalidade, pretenderia exibir a capacidade de votar matérias importantes sem a presença de seu presidente. Afora a confirmação de que tudo ali anda e estaca em razão do imperador, convida-se o maledicente - ainda bem que não somos - a provocar: Lira mandou a Câmara mostrar que consegue girar sem ele. (Viagem!)

Projeto a projeto, né?

O Lirão - quem dera houvesse um centrão - terá a

Caixa. Questão de tempo. O método ensina que a pauta do governo caminhará um pouco. Padilha e Guimarães a declarar que a relação se estabilizou - e que agora vai. Lira a exalar poder. O que faz destravar. O que cumpre acordos. E logo se mobilizará a mesma disposição para boicote - o país a travar de novo - em função do desejo pela Funasa.

A base - que não é base, só oportunista - tem fome. E para o Brasil porque tem pressa.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ
O Lirão distribui os chocolates

Site: <https://oglobo.globo.com/opiniao/carlos-andreazza/coluna/2023/10/o-lirao-distribui-os-chocolates.ghtml>

Relator quer equiparar tributação entre fundos exclusivos e offshore

MARIANA CARNEIRO

Relator do projeto de lei que muda a taxação dos fundos de investimento para alta renda no Brasil (exclusivos) e no exterior (offshore, sobretudo em paraísos fiscais), o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) afirma que a proposta feita pelo governo criou uma assimetria de tratamento em prejuízo dos investidores que optaram por aplicar fora do País.

Ele afirma que o assunto tem mobilizado tributaristas e grandes investidores do mercado financeiro, e avalia fazer alterações em seu texto. Pelo projeto, os fundos exclusivos passarão a pagar 15% ou 20% de Imposto de Renda a depender do perfil - se de curto ou de longo prazo. Já os fundos no exterior recolherão segundo os ganhos auferidos. O maior rendimento será tributado em 22,5%. "Essa diferença está chamando a atenção (dos investidores)", afirmou Pedro Paulo, ao Estadão.

O advogado Murillo Allevato, sócio do escritório Bichara Advogados, vê motivos para a equiparação. "Investir no Brasil ou no exterior deveria ser uma opção do contribuinte motivada por razões econômicas, não tributárias. Por isso, o legislador deveria corrigir", afirma. "Muitos investidores possuem recursos no exterior por segurança, para se resguardar de um colapso da nossa moeda, por exemplo.

Caso se sintam impedidos ou desestimulados a investir livremente, haverá o risco de eles se domiciliarem em outras jurisdições." Equiparar o tratamento dos tipos de investidores, no entanto, não é trivial. Caso a via seja aplicar a menor alíquota (15%) também para o investidor offshore, haveria perdas de arrecadação para o governo a partir de 2025.

A projeção é de que a tributação dos fundos offshore gere uma receita anual de cerca de R\$ 7 bilhões ao ano para os cofres do governo a partir de 2025.

Isso porque esses fundos passarão a ser tributados anualmente - sendo que, hoje, só pagam **impostos** no resgate. A mudança na alíquota avaliada pelo relator reduziria a arrecadação para R\$ 4,7 bilhões.

Além disso, o governo quer incentivar os investidores expatriados a voltar a aplicar no Brasil. Por isso, há

interesse em manter algum diferencial entre os dois grupos.

Pedro Paulo afirmou que vai negociar a alteração com a Fazenda e, por isso, quer tempo, empurrando a votação para a semana que vem. Já deputados - inclusive da base governista - pressionam para que a votação ocorra ainda nesta semana.

A decisão só deve ocorrer hoje, quando o relator deve se reunir com o ministro da pasta, Fernando Haddad.

PRAZO. Uma demanda da Fazenda será atendida na mudança que ele prepara em seu relatório, que é fixar em dezembro de 2023 - e não mais em maio de 2024 - a primeira parcela do pagamento de IR para os investidores que atualizarem seu patrimônio.

Se fizerem isso, eles pagarão uma alíquota ainda mais baixa, de 6% - valor inferior ao proposto pelo governo, de 10%. O resto será parcelado em quatro vezes - o texto atual prevê o parcelamento em 24 vezes.

A medida, pelos cálculos da Fazenda, deve produzir uma receita de pouco mais de R\$ 3 bilhões no fim deste ano, o necessário para compensar o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda. Pedro Paulo tem cálculos mais conservadores, ao redor de R\$ 1 bilhão.

O deputado afirmou ainda já ter uma fórmula para o Fiagro (Fundo de Investimento do Agronegócio), que provocou impasse com a bancada ruralista na Câmara. Como mostrou o Estadão, os parlamentares ligados ao agronegócio não aceitaram a proposta da Fazenda de elevar o número mínimo de cotistas, para que o fundo seja isento de IR, de 50 para 500 indivíduos.

Pedro Paulo baixou para 300, ainda sem acordo. O objetivo é evitar que esses fundos sejam apenas arranjos familiares para não pagar imposto.

O relator disse que vai criar um limite para que familiares não detenham juntos mais de 30% das cotas do fundo. O critério tem apoio da bancada ruralista.

A Fazenda ainda trabalha para que haja um corte por número de cotistas, ainda que menor, ao redor de 200.

A avaliação da pasta é de que se trata de um critério objetivo e de fácil entendimento para gestores dos fundos.

Fiagro Relator também vai mudar texto do governo sobre fundos em agronegócios

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Não pode haver mais demora para prorrogar desoneração da folha (Editorial)

Está prevista para hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, a votação do Projeto de Lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha salarial dos 17 setores que mais empregam no país. Criada em 2011, a lei da desoneração permitiu que as empresas pagassem à Previdência um percentual de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto, em vez de 20% sobre o total da folha de pagamentos.

Com a medida, empregos em setores de baixo crescimento foram preservados. Noutros mais dinâmicos, novas vagas surgiram, criando um ciclo virtuoso.

Mais competitivas, as empresas beneficiadas cresceram e contrataram mão de obra. A estimativa é que a medida tenha gerado 1,2 milhão de empregos entre 2017 e 2022, alta de 16% nos setores contemplados.

Ao longo da última década, ela foi estendida diante dos benefícios.

Mas, em 2018, 13 setores originalmente beneficiados foram reonerados para compensar a redução de **impostos** sobre o diesel. Estima-se que teria havido perda de 1,6 milhão de postos de trabalho se a reoneração tivesse se estendido aos demais 17 setores. Por isso fez bem o Senado em propor prorrogar até o fim de 2027 a desoneração, que expiraria em dezembro.

O projeto atual contempla setores como construção civil, centrais de atendimento, infraestrutura, comunicação, confecção e vestuário, máquinas e equipamentos, calçados, tecnologia da informação, transporte e automotivo. Todos empregam parcela considerável da força de trabalho e têm alto potencial gerador de empregos.

Não é o caso das prefeituras, para as quais o texto prevê redução da contribuição previdenciária dos atuais 20% para até 8%, com alíquotas escalonadas pelo **PIB** per capita. A inclusão dos municípios desvirtuou a natureza do projeto.

Representa uma perda estimada em R\$ 19 bilhões aos cofres da Previdência, num momento em que o governo luta para aumentar suas receitas de modo a cumprir as metas fiscais.

Empresas privadas contribuem com **impostos** para as três esferas de governo. Respondem aos ciclos da economia com agilidade. Podem contratar e demitir sem entraves legais. Prefeituras são a antítese disso. Funcionários têm estabilidade, e os orçamentos são engessados.

É verdade que muitas estão em dificuldades, mas a desoneração da contribuição à Previdência não é o remédio indicado. A lógica dessa política não se aplica ao setor público.

De volta ao Senado, existe a chance de os senadores corrigirem o texto.

O senador Angelo Coronel (PSD-BA), relator do PL, deveria retomar a redação original, que beneficiava apenas prefeituras em cidades com mais de 142 mil habitantes.

Retomando a formulação original, Coronel ao menos reduzirá o dano aos cofres públicos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inflação na meta após três anos - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Poucos acreditavam até recentemente que a inflação terminaria o ano na meta, mas ontem a mediana do mercado apostou nisso pela primeira vez em três anos. O economista José Roberto Mendonça de Barros vinha dizendo que esse cenário era possível há algum tempo. Agora a previsão da sua consultoria é a de que o IPCA terminará o ano em 4,71%. Perto do teto, mas dentro do espaço de flutuação permitido pelo regime de metas. Esse resultado se deve em grande parte à queda da inflação de alimentos. Do fim do ano passado até o fim deste ano pode ocorrer uma inversão de 17 pontos na inflação da alimentação no domicílio.

- No ano passado, este item terminou com uma inflação de 13,2%. Nossa projeção agora, junto com a MB Agro, é que chegue a dezembro de 2023 com -3,3%, uma virada de 17pp. Isso aí equivale a um abono salarial para as classes C e D. E é justamente a inflação de alimentos no domicílio que é a mais importante -diz Mendonça de Barros.

O Boletim Focus é apenas uma verificação do que está nos modelos dos economistas de mercado financeiro e consultorias. É semanal, portanto, o cenário pode ser outro daqui a sete dias. Mas essa é a primeira vez em mais de três anos que a mediana das projeções do mercado para 2023 é de inflação abaixo do teto da meta. A última vez que houve essa projeção foi em junho de 2020.

Em 2020, a inflação terminou em 4,52%, dentro do espaço de flutuação da meta, mas a alta de alimentos foi de 14%. Em 2021, o IPCA terminou o ano em 10%, para um teto da meta de 5,25%. Em 2022, o governo fez muitos artifícios, como a suspensão dos impostos sobre combustíveis, e conseguiu reduzir a taxa, mesmo assim ficou em 5,79% com o teto em 5%.

José Roberto Mendonça de Barros acha que nem mesmo o El Niño mudará a tendência este ano que é de inflação dentro do espaço de flutuação da meta, um resultado que poucos acreditavam ser possível. Há riscos do desequilíbrio climático, mas Mendonça de Barros avalia que o maior peso será no ano que vem.

Essa é a mesma convicção do professor Luiz Roberto Cunha, da PUC do Rio. Os riscos climáticos não terão

efeito este ano.

-Os preços subiram um pouco, mas a alimentação no domicílio está ainda negativa, o IPA (dos preços do atacado) tem estado negativo, parte pela soja, milho - diz Luiz Roberto.

Por outro lado, a guerra no Oriente Médio é um risco presente, porque pode afetar o petróleo e, por consequência, os combustíveis. A questão, explica Luiz Roberto Cunha, é que a desaceleração da economia mundial reduz essa pressão.

-O envolvimento muito grande numa guerra (dos países produtores) pode jogar o preço do petróleo a US\$ 100, mas a desaceleração da economia mundial tem segurado muito o preço. Se tiver um conflito em grande escala a economia terá problemas - afirma Cunha.

A LCA mudou sua projeção para a inflação de 5% para 4,7%, na semana passada, porque tirou de cena a hipótese de um novo reajuste importante da gasolina no último trimestre, já que a defasagem caiu. De acordo com a Abicom, o combustível está com defasagem de apenas 1%. Em 14 de setembro, era de 12%. O economista Fábio Romão, da LCA, que desde o começo do ano previa deflação para o grupo de alimentos e bebidas, projeta queda de -2,6% no item alimentação no domicílio.

José Roberto Mendonça de Barros explica que a inflação deste ano caiu por causa do aumento de produção em diversos produtos.

Leite, por exemplo, teve queda de preço, e os produtores culpam as importações.

O economista diz que a compra do exterior foi pequena, o que realmente afetou foi que a produção de leite aumentou 10%.

-Para o ano que vem, o que dá para dizer é que não haverá uma ajuda especial vinda da agricultura. Se os preços ficarem mais ou menos como estão vai ser uma maravilha. O plantio vai ser bom, consistente com a safra colhida este ano, mas o potencial de perda pelo clima é bastante significativo. Dá para falar com firmeza que o ano de 2023, do ponto de vista do consumidor, mas também do ponto de vista do

produtor, está sendo um ano excepcional no volume, na produtividade, na renda e no benefício ao consumidor. A exceção é o Rio Grande do Sul, que enfrentou seca no começo do ano e enxurrada agora. Por isso, um dos produtos que teve alta de preços e redução da oferta foi o arroz.

O ano de 2023 está no seu último trimestre confirmando um crescimento maior do que o esperado e uma **inflação** menor do que a prevista.

No início deste ano, poucos acreditavam que a **inflação** poderia ficar na meta. Agora o mercado já vê isto como realidade

Notícias Relacionadas:

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA
Inflação na meta após três anos

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Aumento da renda sustenta a expansão da economia (Editorial)

A expansão da renda da população brasileira foi motivo de debate na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, relata a ata do encontro. Foi um dos quatro fatores identificados como prováveis causadores dos inesperados números da economia verificados até agora neste ano, ao lado do desempenho da agropecuária, de um aumento da taxa de juros neutra (aquela que não acelera nem desacelera a inflação) e da expansão do crescimento potencial devido a reformas regulatórias e avanços institucionais. De todos, foi considerado muito relevante dado seu efeito no crescimento do consumo das famílias e a preocupação com seu impacto na inflação de serviços.

O Valor (11/10) detalhou os números que despertaram a atenção dos membros do Copom. Segundo o BC, a Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF) em sua versão restrita cresceu 7,7% em termos reais no trimestre móvel até agosto em comparação com o mesmo período do ano passado, 7,9% no acumulado do ano e 9,1% em 12 meses.

O levantamento do BC no conceito restrito engloba a remuneração do trabalho, benefícios previdenciários e transferências de programas sociais; desconsidera outras fontes como aluguéis e aplicações financeiras; e ainda desconta os impostos.

Outros levantamentos vão na mesma direção. O jornal mencionou a massa de renda total das famílias calculada pela Tendências Consultoria, que leva em consideração a renda habitual e projetada para este ano crescimento de 6,2% da massa total, depois de ter registrado 6,5% em 2022.

A mais recente Pnad Contínua, do IBGE, que calcula o ganho obtido exclusivamente do trabalho, apurou que a renda média dos trabalhadores aumentou 1,1% no trimestre móvel terminado em agosto em comparação com o encerrado em maio, e 4,6% em relação ao mesmo período de 2022. Já a massa de rendimentos real habitualmente recebida por pessoas ocupadas (em todos os trabalhos) cresceu 2,4% ante o trimestre anterior e atingiu novo recorde, de R\$ 288,9 bilhões, o maior valor da história em termos reais. Frente a igual período de 2022, houve alta de 5,5%.

Os números vistosos têm vários motivos. O Copom

relaciona o dinamismo do mercado de trabalho, a queda de preços de alimentos e os programas de transferência de renda, que apoiam o consumo. Segundo a Pnad Contínua, a taxa de desemprego caiu para 7,8% no trimestre terminado em agosto, o menor patamar desde fevereiro de 2015, e abaixo dos 8,3% do trimestre encerrado em maio, em reflexo do dinamismo da economia que, segundo as previsões, poderá crescer ao redor de 3% neste ano. O reajuste do salário mínimo impulsiona também a renda dos trabalhadores.

O aumento dos programas de transferência de renda é outro fator. O governo Lula revisou e elevou o valor distribuído pelo Bolsa Família. Segundo a LCA Consultoria, em agosto, 21,1 milhões de famílias eram beneficiadas pelo programa com uma média de R\$ 675 por família, valor que supera o piso em vista dos adicionais concedidos por criança na família, totalizando R\$ 14 bilhões. Em 2019, eram 13,8 milhões de famílias beneficiadas, com uma média R\$ 240 mensais. O programa hoje se aproxima de 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e chega perto de 3% incluindo o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Não se pode deixar de levar em consideração o ganho obtido com a queda da inflação, uma vez que os levantamentos calculam o ganho real. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que o índice de preços foi, em agosto, novamente menor para as famílias de renda mais baixa.

Enquanto os preços dos bens e serviços consumidos pelo grupo de renda muito baixa avançaram, em média, 0,13% em agosto, a variação média dos preços no segmento de renda alta foi de 0,24%. No acumulado do ano, a inflação para a renda muito baixa ficou em 2,3%, e, para a renda alta, em 3,8%; e, no acumulado em 12 meses, em 3,7% e 5,9%, respectivamente.

Um dos motivos principais é a baixa dos preços dos alimentos, proporcionada pela safra recorde desde 2022, mais significativa para a baixa renda. O valor da cesta básica em São Paulo, por exemplo, calculada pelo Dieese, caiu em setembro pelo quinto mês seguido, e está 2,13% menor do que há um ano atrás, para um salário mínimo 8,9% maior.

Um ponto negativo nesse quadro é a inadimplência

elevada, que neutraliza parte do benefício do aumento da renda. A inadimplência da pessoa física atingiu o pico de 4,3% em maio e foi de 4,1% em agosto, de acordo com o BC.

Em algumas linhas está mais elevada: é de 7,1% no crédito pessoal não consignado e chega 8,4% no cartão de crédito. O total de brasileiros negativos nos birôs de crédito chega a 70 milhões. Daí as fichas jogadas no Desenrola.

Se o aumento da renda preocupa o BC, é dos fatores com que conta o governo para estimular o crescimento da economia, ao lado da redução do desemprego e dos juros.

Mas há dúvidas sobre a sustentabilidade desse quadro no próximo ano, dada a previsão de crescimento menor do **PIB** e de uma inadimplência ainda alta.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231016/>

Recuperação tributária e a busca da conformidade - OPINIÃO JURÍDICA

IRAPUÃ BELTRÃO

O tema recuperação tributária já se tornou mote de grande importância para o dia a dia das empresas. É uma medida necessária, amparada pela legislação brasileira e que a **Receita Federal** tanto reconhece, que criou uma instrução normativa sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil**. É a IN **RFB** nº 2055/2021, que revogou a IN **RFB** nº 1717/2017, sobre o mesmo assunto.

A retomada dos valores indevidamente creditados em favor dos cofres públicos é uma importante ferramenta para a saúde financeira das empresas.

Entendemos que algumas empresas que localizam oportunidades de crédito tributário ainda são arredias à recuperação de créditos pretéritos, por temor de retaliação. Existe um antigo receio de que a Receita vai fiscalizar a empresa por pura vingança, visto que terá de devolver valores ao contribuinte.

Porém, isso não existe!

Qualquer empresa está sujeita a uma fiscalização e a probabilidade de esta ocorrer em empresas que fazem recuperação de créditos tributários é a mesma com relação a empresas que não fazem.

Nessa linha, é possível que tenham ocorrido recolhimentos indevidos, seja faltando o que era devido, seja vertendo aos cofres públicos valor superior ao que era correto. Em todas as hipóteses há falhas que subjazem ao esqueleto funcional da empresa, possibilitando que, no futuro, seja o empreendimento autuado em razão do não recolhimento de tributo devido ou, em caso de pagamento a maior, a perda, expirada a prescrição/decadência, do valor sem chance de retomada. Toda alternativa é por demais prejudicial.

Portanto, uma recuperação de créditos tributários, pautada em fatos e documentos idôneos, pode e deve ser realizada. E não só a recuperação, também é de extrema importância que as empresas adotem a conformidade fiscal, ou seja, um acompanhamento técnico cotidiano das suas movimentações, contábeis e fiscais, visando não mais a recuperação, mas sim evitar o recolhimento indevido. E, aqui, iniciamos

nossa jornada, partindo do que se foi para que seja possível aportar no que virá.

Os contribuintes entregam informações ao Fisco todos os dias, seja na emissão de uma nota fiscal ou na entrega das declarações acessórias, e o cruzamento desses dados é automático. É muito comum que o contribuinte tenha uma nota fiscal emitida contra ele e por algum motivo não a informe na declaração acessória, impedindo a tomada de créditos e implicando várias outras questões. Outra situação que também é muito comum é a emissão da nota fiscal sem débito do imposto. Com isso, o contribuinte recolhe um imposto menor do que realmente deveria, por um erro, muitas vezes sistêmico, na emissão da nota fiscal.

A conformidade visa eliminar esses erros e acompanhar diariamente as alterações na **legislação tributária**, evitando que o contribuinte pague mais ou menos do que realmente deveria, ou seja, torna sua escrituração conforme, seguindo os parâmetros legais, e mantém a saúde financeira da empresa.

Enquanto a recuperação olha o passado, realinhando o que passou, a conformidade foca o presente, impedindo que a escrituração contenha vício que escaparia aos olhos do mais cauteloso contabilista, visando impedir o dano antes que ele ocorra. O papel corretivo da recuperação é suprido, no futuro, pela função preventiva da conformidade.

O perfeito alinhamento da escrituração, a conformidade, é essencial para a tomada de decisões, tanto a curto, médio quanto a longo prazo. A conformidade, assim, está ligada a diversos eventos contábeis e fiscais, como o planejamento tributário. A realização do planejamento sobre uma base incerta poderá gerar grave risco à saúde fiscal da empresa, vez que se pode acreditar em dados que, efetivamente, não reflitam a realidade. Mas não seria possível seguir para a conformidade sem passar pela recuperação de **tributos**? Como já antecipamos, esses processos são complementares, já que o meio-certo não é por demais diverso do totalmente errado.

Logicamente, quando há erros que indiquem o recolhimento a menor, é possível que os sistemas da **Receita Federal** acusem a falha, gerando notificação ou autuação, para que se realize a conformidade.

Nesse universo de dados, nada obsta que o empreendedor desempenhe papel ativo, buscando o alinhamento, com máxima precisão, entre o que é devido e o que é declarado, escapando de duas situações que se desembocam em mares raivosos e prejudiciais: a tormenta do recolhimento a menor, gerando risco de apontamento de sonegação, juros e multa pesada; e o dano do recolhimento a maior, que furta do empreendimento valiosos recursos, tão escassos em um país com um dos mais caros sistemas tributários do mundo.

Equilíbrio é a resposta; eficiência é a resultante. Um sistema contábil e fiscal em plena conformidade afastará o fantasma da autuação enquanto impede recolhimento que fará falta nos cofres da empresa.

A recuperação, por sua vez, alinha o que se passou para que o seguimento correto não deixe para trás valores que são preciosos para o empreendimento.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187689?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187689?page=1§ion=1)**

STF adia julgamento de correção do FGTS

rafaela gonçalves

Depois de se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e outros integrantes do governo, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, decidiu ontem à noite retirar de pauta o processo que discute a correção monetária do FGTS. A análise será reagendada para 8 de novembro.

O julgamento seria retomado nesta quarta-feira. A ação preocupa o governo, que estima impacto de R\$ 8,6 bilhões em quatro anos caso prevaleça a tese apresentada por Barroso, além do encarecimento do crédito habitacional para a população de baixa renda. Ao votar em abril, o ministro do STF argumentou que a atualização dos valores não deve ser menor que a aplicada à da caderneta de poupança. O posicionamento de Barroso também desagradou os cotistas do Fundo, que esperavam o pagamento retroativo dos valores atualizados.

Para o ministro, contudo, o resultado do julgamento deve valer apenas para o futuro.

Barroso, além de presidente do Supremo, é relator da ação.

Atualmente, o FGTS é corrigido pela Taxa Referencial (TR) acrescida de 3%. O partido Solidariedade, autor do processo, argumenta que, desde 1999, esse índice não é suficiente para repor o poder aquisitivo dos trabalhadores.

Por isso, a legenda pede que a TR seja substituída por um indicador ligado à **inflação**, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

De acordo com nota divulgada pelo STF, o ministro "reiterou a posição de que considera os pontos importantes, mas que vê como injusto o financiamento habitacional ser feito por via da remuneração do FGTS do trabalhador abaixo dos índices da caderneta de poupança". A nota também diz que as partes concordaram em conversar novamente para buscar uma solução que "compatibilize os interesses em jogo".

Também participaram da reunião os ministros do Trabalho, Luiz Marinho, e das Cidades, Jader Filho, o advogado-geral da União, Jorge Messias, a presidente da Caixa, Rita Serrano, e a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Lenzi Ruas de Almeida.

Tema sensível

Até o julgamento ser suspenso em abril, apenas Barroso e o ministro do STF André Mendonça tinham votado. O placar está em dois a zero para que a correção dos valores do fundo seja no mínimo igual à da poupança.

Segundo a advogada Raquel Nassif, especialista em processo do trabalho no Autuori Burmann Sociedade de Advogados, o tema é sensível porque, se for vitoriosa, a ação pode implicar a aplicação de um índice de correção mais oneroso para o crédito habitacional. "Hoje, se aplica a TR e a pretensão é que se utilize um índice mais rentável, que se iguale, ao menos, à poupança, o que seria mais justo com o trabalhador.

Mas a atualização do FGTS pode trazer consequências na obtenção de crédito imobiliário", afirmou.

O rombo de R\$ 8,6 bilhões estimado pelo governo considera a aplicação da regra do INPC até 2028. Mas, a conta pode ser muito maior, caso seja aprovado o pagamento retroativo dos cotistas. Uma simulação feita pelo Instituto Fundo de Garantia concluiu que o valor a ser repostado poderia chegara a R\$ 720 bilhões caso o INPC fosse aplicado a todas as contas do FGTS desde 1999, data tomada como base na ação do Solidariedade.

O entendimento do ministro Luís Roberto Barroso, no entanto, é que essa questão cabe ao Legislativo. "A questão da ocorrência de perdas passadas somente poderá ser avaliada e equacionada por via legislativa e/ou mediante negociação entre entidades de trabalhadores e o Poder Executivo", declarou Barroso em seu voto.

Acesso à moradia

Segundo a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), caso entre em vigor a regra que determina correção igual à da poupança, os juros dos financiamentos do FGTS, principal fonte de recursos para o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), por exemplo, teriam aumento de até três pontos percentuais.

De acordo com um levantamento da associação, a alteração nas regras impactaria diretamente 75% dos

atuais beneficiários do programa, ou cerca de 13 milhões de famílias, que deixariam de ser elegíveis ao MCMV. "Para citar um exemplo, um imóvel de R\$ 180 mil (valor médio do programa MCMV) pode ser financiado hoje por uma família com renda mensal de R\$ 1.900. Caso mudem as regras, esse mesmo imóvel só poderá ser financiado por famílias com renda acima de R\$ 4.200", destacou a Abrainc, em nota. (Com Agência Estado)

Entenda o caso

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 5.090, ajuizada em 2014 pelo partido Solidariedade, contesta o uso da Taxa Referencial (TR) como o índice que corrige o saldo do FGTS.

Como é atualmente

O dinheiro do fundo é corrigido pela TR, que é próxima de zero, mais 3%. O rendimento é mais baixo do que a poupança, que, atualmente, rende 6,18% ao ano e é considerada um dos investimentos com menor rentabilidade do mercado.

Como pode ficar

O pedido, feito por meio da Adin, é que a TR seja substituída por um índice de **inflação**, que pode ser o IN PC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou o IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial).

Caso o saldo seja corrigido, o STF precisa ainda definir

Se todos os trabalhadores brasileiros terão direito à correção, independentemente de já terem feito o saque, ou não, do FGTS;

Se sindicatos poderão entrar com novas ações - coletivas - na Justiça fazendo a mesma reivindicação para seus trabalhadores e;

Se somente o trabalhador e/ou sindicato que entrou com ação receberá retroativamente a correção a partir de 1999, ou de outra data a ser definida.

Impacto no acesso à moradia

Segundo a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), caso a regra entre em vigor, os juros dos financiamentos do FGTS, que atendem beneficiários do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), teriam aumento de até 3 pontos percentuais.

De acordo com um levantamento da associação, a alteração nas regras impactaria diretamente 75% dos

atuais beneficiários do programa, ou cerca de 13 milhões de famílias, que deixaram de ser elegíveis ao MCMV.

A decisão do julgamento só começará a valer a partir do momento em que a ata for publicada, e o Congresso será responsável por decidir sobre a correção de valores do passado.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/10/17/all.pdf>

Como sair do impasse fiscal - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Ao examinar a execução orçamentária de algum ente subnacional, disponível pelo menos para os três últimos quinquênios seguidos nos conhecidos relatórios RREO, o que se vê é que os deficits previdenciários passaram a assumir uma clara tendência ascendente, a se manter inalterada quando se adicionarem projeções das variáveis oriundas de estudos atuariais disponíveis.

Ou seja, os deficits explodiram e continuarão no mesmo tipo de trajetória até o momento em que os investimentos pura e simplesmente ameçam zerar (quando, obviamente, se caracterizará um certo impasse na gestão pública respectiva), a menos que medidas sejam adotadas a tempo de evitar isso.

A citada desabada dos investimentos em infraestrutura decorre, em adição, de a capacidade de endividamento dos entes públicos brasileiros ter simplesmente desaparecido nos últimos tempos. Ou seja, uma curva sobe e a outra desaba bastante, em que pese o empenho na direção oposta que se note de parte de dirigentes, simplesmente porque o investimento em infraestrutura costuma ser o item mais flexível dos orçamentos públicos...

Uma óbvia consequência disso é a queda das possibilidades de crescimento do **PIB** no mesmo período considerado. Sem disposição privada para substituir a parcela pública da taxa de investimento à altura, quanto menos infraestrutura pública, bem menor o crescimento do **PIB**, e tudo de ruim que isso implica.

Chama a atenção o caso do estado de São Paulo. Perguntouse em que ano os investimentos tenderiam, ali, a zerar, supondo dois cenários de evolução da receita, tudo o mais constante ou conforme projetado em estudos acreditados. No primeiro, não haveria receitas extraordinárias, enquanto no segundo, realizado dois anos depois, haveria uma receita extraordinária em São Paulo de R\$ 30,3 bilhões em 2021, que de fato aconteceu no exercício realizado. Nessas condições, sem receita extra, os investimentos zerariam em 2025, e, com o bônus de R\$ 30,3 bilhões, se reduziriam de um máximo de R\$ 27 bilhões, em 2022, para R\$ 10,8 bilhões em 2032, mas sem chegar a zerá-los em um período de uma década.

Ocorre que esse último valor representaria cerca de um terço do valor máximo obtido anteriormente, algo difícil de imaginar como viável em um estado com as demandas de São Paulo.

Diante disso, sem acesso a crédito público farto, realmente não há saída: os entes subnacionais precisam equacionar seus deficits previdenciários! (Ou seja, resumidamente, zerá-los ano a ano, e também o passivo atuarial, este calculado para o final de um certo período).

O roteiro completo de como fazê-lo, hoje na verdade obrigatório pela Constituição, supera o espaço aqui disponível. Nada obstante, a chamada segregação de massas surgiu como a grande solução de transição, e envolvia a criação de dois fundos. O primeiro seria um fundo capitalizado jovem que se constrói para já nascer equilibrado financeira e atuarialmente, bastando fixar as contribuições patronal e dos servidores com alíquotas adequadas, calculadas atuarialmente, e adotando regras de benefícios próximas das que são adotadas atualmente pela União. O segundo seria um fundo financeiro temporário, em repartição simples, que nasceria deficitário, mas, na sequência, por não absorver novos entrantes, entraria automaticamente em extinção dentro de algumas décadas, completando a sinalização da busca do equacionamento do problema previdenciário que sempre se afiguraria desejável.

Em resumo, tudo se passaria como se estivesse sendo feita a transição gradual do velho regime de repartição simples, tipicamente desequilibrado, que entraria em extinção, para um novo regime capitalizado e equilibrado, que assumiria o seu lugar. Só que o custo dessa transição, relativamente à situação sem mudança, poderia ficar bastante elevado durante um certo período inicial, pois o ente público em causa teria que arcar com montantes equivalentes aos das receitas dos servidores ativos e das suas próprias que migrariam para o fundo previdenciário e não mais seriam usadas no pagamento dos benefícios do fundo financeiro.

A dificuldade de administrar essa situação - daí a desistência de muitos - levou à ideia de se fazer uma transferência dinâmica de vidas, pela transferência de pessoas que até então tivessem seus benefícios

pagos pelo fundo financeiro para o fundo previdenciário, de preferência os mais idosos. Com isso, parte dos recursos financeiros acumulados no fundo receptor, então em excesso no curto prazo, visando cobrir necessidades futuras de pagamentos de benefícios desse fundo, seria redirecionada para arcar com esse ônus, tirando-o das costas do tesouro do ente.

Todavia, essa transferência geraria um deficit atuarial do fundo capitalizado e faltaria dinheiro no futuro para pagar as aposentadorias dos mais jovens. Para resolver esse problema, faz-se necessário, de forma concomitante com a transferência de vidas, promover um aporte de ativos e, posteriormente, promover sua monetização.

Daí a transição passar a ser algo simples de fazer.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Como sair do impasse fiscal

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/10/17/all.pdf>

Projeção no teto da meta

Economistas do mercado financeiro reduziram as projeções para a **inflação** de 2023, após quatro semanas consecutivas de manutenção.

Segundo o Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, a estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu de 4,86% para 4,75%.

Com a queda, a projeção passou a ficar no teto da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) pela primeira vez neste ano. A meta central de **inflação** é de 3,25%, e será considerada cumprida se o índice oscilar entre 1,75% e 4,75%. A última vez que a **inflação** oficial fechou o ano dentro do limite foi em 2020.

O analista da Ouro Preto Investimentos Sidney Lima atribuiu a revisão ao dado mais recente de **inflação** e afirmou que a redução das perspectivas vem em linha com a dinâmica inflacionária no cenário local. "O indicador oficial de **inflação**, mais uma vez, trouxe uma desaceleração maior do que era esperado pelo mercado", destacou.

O IPCA subiu 0,26% em setembro, abaixo das expectativas dos analistas, que eram de 0,34%. "O resultado pegou de surpresa boa parte do mercado, que respira um pouco mais aliviado no cenário local. Contudo, as atenções seguem agora voltadas para a resiliência no mercado norte-americano, que pode trazer novos desdobramentos por aqui", ponderou.

A previsão para a **inflação** de 2024 permaneceu em 3,88%, assim como para 2025, que está em 3,50% há 12 semanas. Para a economista-chefe do TC Investimentos, Marianna Costa, o dado desta semana ratifica a percepção de que o Banco Central continuará a cortar a taxa básica de juros (Selic) no mesmo ritmo de 0,50 ponto percentual, mesmo que os núcleos tenham se mostrado melhores.

"Há um claro desempenho benigno dos preços, mas a política fiscal mais expansionista e os riscos geopolíticos devem restringir cortes mais pronunciados nas próximas reuniões do Copom (Comitê de Política Monetária)", avaliou Costa.

As projeções para a Selic para este ano e os dois próximos permanecem inalteradas há 10 semanas.

A estimativa para o fim de 2023 continuou em 11,75%, enquanto a projeção para 2024 foi mantida em 9% e as de 2025 e de 2026 permaneceram em 8,50%.

Fator guerra

O diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do Banco Central, Mauricio Moura, disse que o conflito entre Israel e o Hamas pode afetar os preços de importantes ativos no comércio global, como o petróleo, mas ressaltou que ainda é cedo para falar sobre os impactos na **inflação** brasileira.

"A guerra traz novos riscos geopolíticos que podem ter impacto em preços de importantes ativos, principalmente no petróleo, que tem disseminação em outros preços. Entretanto, o conflito está em fase inicial, com incertezas sobre duração e intensidade e seus efeitos sobre a **inflação** global e local", afirmou Moura, durante live semanal promovida pela autoridade monetária para responder dúvidas do público.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/10/17/all.pdf>

Para trabalhador, rendimento seria maior pela poupança

POLLYANNA BRÊTAS

Amudança no índice de correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) representaria um ganho no rendimento do saldo das contas vinculadas.

Simulações feitas pelo presidente do Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador (IFGT), Mario Avelino, mostram que o trabalhador teria rendimento maior caso o ajuste fosse feito com base em um índice de **inflação** ou na caderneta de poupança, como propôs o ministro Luís Roberto Barroso. O cenário mais rentável é o que usa a caderneta como referência.

Os cálculos de Avelino, no entanto, levam em consideração as taxas em vigor hoje. Caso o Supremo Tribunal Federal (STF) decida mudar o modelo de correção do FGTS, a decisão ainda passará por uma modulação para determinar seus efeitos e valerá após o julgamento.

Na simulação em que foram empregados os parâmetros econômicos atuais, um trabalhador com saldo de R\$ 100 mil teria rendimento, em um ano, de R\$ 7.581,19, se considerada a regra atual de 3% + a TR. Já se fosse aplicada a correção pela **inflação**, com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), indicador usado na correção do salário-mínimo -, o rendimento seria de R\$ 10.138,87. Ou seja, uma diferença de R\$ 2.557,68.

Por outro lado, se fosse aplicada a regra proposta pelo ministro o Barroso, com a correção pelo rendimento da poupança, que pela regra em vigor está rendendo 6,17% ao ano, o trabalhador com os mesmos R\$ 100 mil de saldo no FGTS teria rendimento em um ano de R\$ 10.854,01.

Neste caso, a diferença em relação à regra de correção do FGTS em vigor hoje seria de R\$ 3.272,82. Já na comparação entre a correção pela **inflação** e a aplicação do rendimento da caderneta, a diferença seria de R\$ 715,14.

Se o saldo acumulado na conta do FGTS do trabalhador fosse de R\$ 500 mil, pela regra atual, o rendimento em um ano seria de R\$ 37.906,17. No caso da correção pelo índice de **inflação**, o rendimento anual seria de R\$ 50.694,59.

Com a aplicação da taxa da poupança, o ganho chegaria a R\$ 54.270,31.

Mesmo com o rendimento superior se aplicada a taxa de correção da poupança, Mário Avelino defende a substituição da TR pelo índice de **inflação**: - A ação (no STF) pede que a Taxa Referencial seja considerada inconstitucional para correção do rendimento do FGTS, como ocorreu no caso de débitos trabalhistas, por exemplo.

R\$ 10.854 De rendimento com o ajuste pela caderneta Simulação leva em conta um saldo acumulado no FGTS de R\$ 100 mil e a correção pelo INPC

R\$ 10.138 De ganho caso o INPC fosse usado para corrigir saldo Cálculo considera saldo de R\$ 100 mil. Ganho é maior do que com a Taxa Referencial

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Analistas veem inflação dentro da meta pela 1ª vez desde 2020

Analistas ouvidos pelo Banco Central (BC) na sua pesquisa semanal Focus preveem, pela primeira vez, que a **inflação** brasileira ficará dentro do teto da meta este ano.

A estimativa é que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, referência para o sistema de metas) ficará em 4,75% este ano. Na semana anterior, a estimativa era de um IPCA de 4,86%.

Se a estimativa dos analistas se confirmar, será a primeira vez que o país vai terminar o ano com a **inflação** dentro da meta desde 2020.

SELIC CAIRIA A 11,75% A meta definida pelo governo e perseguida pelo BC este ano é de uma **inflação** de 3,25%, com uma margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Ou seja, o teto da meta é de 4,75%.

Para 2024, os analistas agora preveem que o IPCA será de 3,88%. No ano que vem, a meta é de 3%, também com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual.

No início deste mês, o banco JPMorgan reduziu sua projeção de **inflação** para 2023 para 4,6%, citando uma diferença menor entre os custos de gasolina doméstica e internacional.

"Não esperamos mais um aumento no preço da gasolina este ano", escreveram os analistas do banco em relatório.

Segundo o Focus, os economistas do mercado financeiro estimam que a taxa básica de juros, a Selic, cairá para 11,75% no fim deste ano e para 9% em 2024. A taxa está agora em 12,75% ao ano, após ter sido reduzida em meio ponto percentual em setembro pelo BC.

O dólar, que ontem fechou a R\$ 5,03, deve encerrar o ano de 2023 em R\$ 5, segundo o Boletim Focus.

Já a estimativa dos analistas para o crescimento da economia neste ano está em 2,92%. Para 2024, a expectativa é de 1,50%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Trabalho feminino e mais estudo impulsionam renda

Lucianne Carneiro

Um amplo estudo sobre os principais desafios para a juventude no Brasil mede o quanto os investimentos na educação de crianças e jovens e a maior participação das mulheres no mercado de trabalho poderiam significar em rendimento adicional para os trabalhadores na vida adulta.

O trabalho usa como referências Coreia do Sul e Chile e simula diferentes cenários. Um deles estima que a geração de renda do trabalho para os brasileiros entre 25 e 54 anos poderia ser até 50,9% maior, considerando variados pré-requisitos, entre eles o aumento da escolarização no Brasil no ritmo observado no país asiático.

Para fazer o cálculo, o Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (Imds) considera mudanças em três frentes: a taxa de participação feminina no mercado de trabalho, a escolaridade - pelo parâmetro de média de anos de estudos da população entre 25 e 29 anos - e o nível de ocupação na faixa entre 44 e 54 anos.

No caso da escolaridade, a comparação é feita com Coreia do Sul e Chile. Os países são referência em educação, no mundo e na América do Sul, respectivamente, e tinham Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita inferior ao brasileiro nos anos 1980, mas agora ultrapassaram.

Os pesquisadores do instituto calcularam que, se fosse igualada a taxa de participação de mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro, haveria um ganho de 17% na geração de renda do grupo de 25 a 54 anos, que é classificado por eles como "a idade de ouro" da população em idade ativa, ou seja, em que o trabalhador tem maior capacidade de trabalho.

Para ter uma ideia, o nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) das mulheres no Brasil era de 47,1% no segundo trimestre de 2023, segundo a Pnad Contínua, pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre os homens, a taxa era de 66,8%. Quanto mais mulheres no mercado de trabalho, maior é a capacidade de geração de renda de uma economia.

Outra parte do cálculo considerou o cenário se fosse igualado o número de anos de estudos dos brasileiros entre 25 e 29 anos ao de sul-coreanos e chilenos, de forma gradual, no ritmo visto nesses países. No caso de uma mudança gradual da escolaridade brasileira para a situação da Coreia do Sul, o aumento na geração de renda na idade de ouro seria de 33%.

Na simulação que considera a escolaridade do Chile, o ganho ficaria um pouco menor, em 21%. Jovens mais escolarizados tendem a conquistar trabalhos mais bem remunerados, com maior contribuição de riqueza para país.

Por último, há a estimativa de um adicional de 0,9% da renda para o caso de equiparação do nível de ocupação na faixa entre 44 e 54 anos entre o brasileiro e o sul-coreano e o chileno. O trabalhador brasileiro tende a sair antes do mercado de trabalho por ter uma população menos instruída, que ocupa principalmente postos de trabalho que exigem força física.

"Pelas nossas contas, levariam 15 anos para a escolaridade no Brasil se igualar à do Chile e 30 anos para se igualar à da Coreia, se fosse considerada a mesma velocidade de transição desses países.

É um longo período, então há urgência. A gente tinha tempo porque havia muita criança, mas isso mudou", afirma o diretor-presidente do Imds, Paulo Tafner.

A motivação do estudo é a preocupação com o envelhecimento da população brasileira. "Ficaremos velhos antes de enriquecermos?" é a pergunta presente no trabalho e que alerta para o risco de se desperdiçar o chamado bônus demográfico. Até o fim do mês, o IBGE divulga os dados atualizados da população brasileira por faixa etária, a partir do Censo Demográfico 2022.

"O Brasil tem hoje a última geração numerosa de jovens, é o último grande potencial de crescimento econômico. Depois, a força de trabalho vai diminuir muito.

Se não investirmos pesado em educação agora, teremos uma mão de obra que gera pouca renda. E aí o país não vai ficar rico nunca", diz ele, para quem o estudo aponta a produtividade perdida por causa da baixa capacitação da juventude brasileira.

Tafner reconhece algum aumento de escolaridade nos últimos anos, mas muito devagar e aquém do necessário e do registrado por outros países, o que resulta em uma mão de obra pouco qualificada.

Entre brasileiros de 25 a 34 anos, 28,6% não completaram o ensino médio, ante 12,4% no Chile e 2% na Coreia do Sul. A parcela dos que completaram o ensino superior é de 23% no Brasil, de 40,5% no Chile e de 69,3% na Coreia do Sul, mostra o estudo.

"É angustiante. O aprendizado de português e matemática está estacionado há anos. O jovem chega com déficits de aprendizados no ensino médio e isso só piora, temos taxas altíssimas de evasão", afirma a professora do Insper Laura Muller Machado, com estudos na área de educação e desenvolvimento, e que classifica o ensino médio como "o gigantesco desafio da educação brasileira hoje".

No Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), brasileiros de 15 anos alcançaram 413 pontos em leitura em 2018 (último dado disponível), ante 412 pontos de 2019. Metade (50%) dos alunos está no nível 2 ou mais de proficiência, frente à média de 77% dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em matemática, a classificação foi de 384 pontos em 2018, até abaixo dos 386 de 2009. Cerca de 32% dos estudantes brasileiros conseguiram nível 2 ou mais, para uma média de 76% da OCDE.

Ao chegar com déficit de aprendizado no ensino médio, afirma Machado, o aluno tem mais dificuldades de acompanhar os estudos e enfrenta, ao mesmo tempo, a competição do mercado de trabalho.

"O jovem pensa mais no hoje, não enxerga tanto o futuro. Se a escola está ruim, difícil, aquela renda do trabalho atrai mais. Ele não vê valor em continuar na escola se não está acompanhando", afirma.

Foi o que aconteceu com Matheus Gomes Meneses, de 25 anos, morador da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. Ele largou os estudos no primeiro ano do ensino médio, já com 19 anos, depois de repetir duas vezes de ano, e já trabalhando.

"Eu estudava à noite porque tinha repetido muito. Quando comecei a trabalhar, deixei a escola.

Era muito esforço", diz ele, que não pensa em voltar a estudar. Hoje, ganha cerca de R\$ 700 por semana no trabalho de segunda à sábado em feiras livres do Rio. "Aqui na feira a gente ganha mais, lá fora está difícil, o pessoal ganha só um salário mínimo", conta Meneses.

Casos como o dele criam o que o professor da PUC-RJ Marcio Gold Firmo chama de "jogo de desencontro": um jovem que chega ao mercado de trabalho com baixa qualificação de um lado e empresas que exigem qualificação e experiência do outro.

"É um problema enorme no ensino médio, com jovens que não concluem no tempo certo ou abandonam no meio. Isso cria um fluxo de gente pouco preparada entrando no mercado", diz, lembrando também a influência ainda significativa da gravidez na adolescência para o abandono escolar.

Aprovado em 2017, o novo ensino médio entrou em vigor em 2022, após a pandemia. Foi alvo de críticas por problemas na implementação e, em 2023, seu calendário foi suspenso pelo novo governo.

Há um projeto de lei pronto, segundo o Ministério da Educação, com ajustes na reforma do ensino médio, aumento de carga horária de disciplinas tradicionais e manutenção dos chamados itinerários, trazidos com a reforma, ainda sem data para ser votado.

Na cartilha para a melhoria da qualidade da educação, especialistas afirmam que não há espaço para "balas de prata" nem "milagres". Um dos pontos de partidas deveria ser o estudo e a replicação de metodologias usadas por Estados que se destacam em avaliações de ensino, defende Laura Muller Machado, como Ceará, Pernambuco e Goiás.

"O Brasil é muito maravilhoso. Temos Estados com desempenho completamente dentro do esperado.

É preciso descobrir o que esses Estados fazem para replicar para todos, não é? A fórmula inclui ensino de conteúdo, avaliação, reforço, mais avaliação. E com reforço na formação do professor", diz ela, que é a favor, ainda, de aumentos de salários de professores condicionados a resultados dos alunos e das escolas.

Marcio Gold Firmo cita três princípios comuns às redes de ensino que se destacam no país: liderança, priorização e continuidade; visão sistêmica, com foco na aprendizagem e gestão baseada em dados, evidências e melhores práticas; e proatividade na procura por parcerias (públicas e/ou privadas) e inovações.

"Não tem bala de prata. Esses lugares que conseguiram revoluções na educação agiram em diferentes frentes", diz. O economista também se mostra a favor do programa do governo, em fase final de construção, de bolsas de permanência na escola para alunos do ensino médio, além de uma poupança para saque na conclusão do curso.

"A gente tinha tempo porque havia muita criança, mas
isso mudou" Paulo Tafner

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187689?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187689?page=1§ion=1)**

"Não há alvo pré-definido para a taxa Selic final", afirma diretor do BC

Larissa Garcia

O diretor de relacionamento, cidadania e supervisão de conduta do Banco Central (BC), Maurício Moura, reforçou ontem a estratégia de política monetária de manter o ritmo de cortes da taxa básica de juros (Selic) em 0,50 ponto percentual por reunião, após rumores de que o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, teria falado em reunião fechada que seria mais provável reduzir a magnitude do que acelerar o passo.

"O Copom é formado por nove membros, nenhum deles pode definir sozinho qual vai ser a decisão [sobre a Selic]", disse durante transmissão semanal da "Live" do BC no Youtube. Sobre o rumor de que teria havido uma indicação de Campos em uma reunião com investidores em Marrakesh, no Marrocos, sobre reduzir o ritmo de cortes de juros, Moura respondeu que "só o Copom fala sobre o Copom". "A sinalização do Copom na reunião passada sobre o ritmo de 0,5 ponto foi uma unanimidade", enfatizou. "Essa é a posição do Copom e ponto." Ele destacou que votou pela redução de 0,50 ponto na reunião passada e que fez parte "da unanimidade" de que o ritmo seria adequado. "Qualquer mudança só viria a partir da análise do amplo conjunto de dados que vai ser trazido na próxima reunião", continuou. "Não tenho motivo nenhum para mudar a minha opinião [sobre o ritmo de corte da Selic]. As decisões do Copom são muito técnicas. Mesmo que eu quisesse dar sinalização sobre ritmo, e eu não quero dar essa sinalização, eu não teria todos os elementos necessários", disse.

Segundo ele, o orçamento monetário, que é o tamanho total do corte da Selic no fim do ciclo, "vai depender de vários fatores" e que não há um alvo pré-definido para a taxa final. "Esse orçamento monetário [tamanho do corte no fim do ciclo] vai depender de vários fatores, da **inflação** corrente, expectativas e do balanço de riscos principalmente", disse o diretor do Banco Central.

"Para além do orçamento o importante é não perder de vista a função primordial da Selic. O Copom vai seguir reduzindo enquanto achar que há espaço. Não há um alvo pré-definido para a Selic", comentou. "A gente vai enquanto for recomendado ir." O dirigente reiterou que a análise será feita na reunião do Copom.

Em relação ao conflito no Oriente Médio, o diretor comentou que pode afetar o preço do petróleo, "que tem grande representatividade" na **inflação** de energia e pode contaminar outros itens. "O conflito está em fase inicial, há muita incerteza [sobre os efeitos econômicos]." Moura também negou que haja intenção de mudar a forma de cobrança do Pix, que vai continuar sendo "100% gratuito" para pessoa física. E ressaltou que a cobrança sempre foi permitida para empresas.

"Nunca houve intenção de cobrar imposto do Pix, não há proposta nesse sentido", frisou. Sobre o impasse do cartão rotativo, ele disse que o parcelamento sem juros "impacta a inadimplência" e que é preciso achar "um novo equilíbrio" para a modalidade. "É preciso que todos trabalhem juntos para achar uma solução", afirmou.

"Nunca houve intenção de cobrar imposto do Pix, não há proposta nesse sentido" Maurício Moura

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231016/>